



ATA

8ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELA PORTARIA N. 961, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

Aos vinte e três dias do mês maio do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, no formato híbrido (on-line e presencial), reuniu-se a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes o chefe de gabinete da Presidência Giovane Gomes da Silva e os(as) servidores(as) Leonardo Vaz de Melo, Gustavo Cândido da Silva, Letícia Sofal Costa e Valéria Linhares de Lima. A servidora Kely Cristina Barbosa Machado justificou antecipadamente a ausência. Aberta a reunião, o desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes e passou a palavra ao chefe de gabinete. O chefe de gabinete informou que teve uma nova reunião com o representante do Banco Itaú e que as perspectivas foram muito melhores que as da tratativa anterior e que ele está confiante que terão uma resposta positiva. O chefe de gabinete informou, ainda, que tem uma reunião agendada com o superintendente do Banco do Brasil e farão a proposta do patrocínio nos mesmos termos da proposta do Banco Itaú e que a instituição que sinalizar positivamente para o patrocínio primeiro, firma a parceria. O chefe de gabinete explicou que é uma tentativa de abrir mais uma frente de negociações e pontuou que, de qualquer forma, estão trabalhando com a possibilidade de, caso não seja possível um patrocínio, o valor para a realização do projeto estará em condições de ser suportado pelo Tribunal. O servidor Leonardo Melo destacou que, tendo em vista a decisão de não fazer edições da Revista de Estudos & Informações neste ano para privilegiar o lançamento do Livro, não há projetos da mesma linha que possam conflitar valores. O chefe de gabinete alertou que, caso o valor extrapole o estimado, pode trabalhar com a possibilidade de diminuir a quantidade de impressões. O chefe de gabinete esclareceu que o Banco Itaú tem o interesse de investir no projeto, mas que a quantia ainda vai ser definida, porém a Comissão precisa avançar com as atividades e trabalhar de forma a viabilizar o projeto, mesmo sem a concretização da parceria. O servidor Leonardo Melo informou que fez um levantamento com as possíveis especificações gráficas para o livro e que compartilhou uma minuta do Termo de Referência no grupo de *WhatsApp* da Comissão. O servidor lembrou que a gráfica que produziu a revista de 80 anos realizou um trabalho de excelente qualidade e que consultou o responsável para orientá-lo nas especificações do livro. O servidor alertou para a importância de estabelecer o número de páginas e sugeriu que fizessem o orçamento por páginas e apontou a possibilidade de fazer com dois tipos de papel; apergaminhado para os textos e couché para as fotos. O servidor sugeriu usar para a Capa a laminação fosca com verniz localizado, como é feito na Revista de Estudos & Informações e usar nos detalhes que precisarem ser destacados, o *hot stamping* que é usado para dourado, por exemplo. O chefe de gabinete se manifestou dizendo que acredita que o valor por página ficaria muito alto e o melhor era trabalhar com um número total de páginas. O desembargador Fernando Galvão propôs estabelecer de 90 a 110 páginas. A comissão analisou e achou o número viável. O desembargador Fernando Galvão alertou para tomar as precauções para que o livro não ficasse com aspecto de revista. A comissão analisou as referências de livros na mesma linha trazidos pelo chefe de gabinete e decidiu que o formato a ser adotado é 220x285, papel miolo couché fosco 90g/m² e papel capa Couché fosco 150g/m². A Comissão autorizou o servidor Leonardo Melo fazer o Documento Oficial de Demanda com as especificações. Definidos os critérios técnicos de impressão, partiu-se para a discussão do conteúdo do livro. O desembargador Fernando Galvão apresentou a minuta do sumário com as sugestões de capítulos. Foram analisados item por item e foram feitas duas ressalvas importantes: a inserção de referência para as atividades de planejamento estratégico e do NEGE, devido aos aspectos de governança, bem como colocar o tópico sobre o Acervo de processos 100% eletrônico no tópico sobre os sistemas de informática para processos judiciais. No tópico que fala sobre o sistema administrativo a

sugestão é levantar qual foi o primeiro sistema utilizado e fazer as referências desde o mais rudimentar até o sistema SEI que tramita os processos atualmente. O desembargador Fernando Galvão solicitou à comissão que verificasse a data da instalação do Tribunal, uma vez que a data de criação não é a mesma da instalação. O chefe de gabinete destacou a importância de incluir a inauguração do prédio do Lourdes, atual sede da Justiça Militar de Minas Gerais e as conquistas que o espaço trouxe para a Justiça Militar e de fazer menções sobre a justiça militar do Brasil na introdução. Desembargador Fernando Galvão informou que tem um texto que é usado em todas as solenidades do Tribunal que contém as informações e que atende à demanda. O chefe de gabinete sugeriu incluir as condecorações concedidas pelo Tribunal e destacar figuras de grande expressividade. O servidor Leonardo Melo sugeriu consultar os servidores Frederico Viana e Giovani Mendes para informações sobre atos normativos e desenvolvimento tecnológico, respectivamente. O desembargador Fernando Galvão lembrou que quem fez a revista de 80 anos foi a empresa R3 e que é possível que eles tenham o material, que seria interessante verificar com eles. A comissão discutiu sobre como abordar a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública na Justiça Militar e destacar algumas personalidades. A Comissão discutiu sobre homenagear o servidor mais antigo do Tribunal. O desembargador Fernando Galvão alertou para uma situação importante que é de responsabilidade da Comissão que se trata da lista com o acervo permanente da Memória do Judiciário Militar que está sob responsabilidade da Gestão Documental, mas deve ser de responsabilidade da Comissão e ficar na guarda da biblioteca. O desembargador solicitou à servidora Valéria Linhares solicitar o material à Gestão Documental e à servidora Letícia Sofal providenciar para que a guarda do material fique em local seguro na Biblioteca. A presente reunião encerrou-se às 15h38. Nada mais havendo a registrar, eu, Luanda Geneviève Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA**, Desembargador Civil do TJMMG, em 24/05/2022, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0232801** e o código CRC **481597E1**.